



Escassez de professores no Ensino Médio:

Propostas estruturais e emergenciais

**Antonio Ibañez Ruiz
Mozart Neves Ramos
Murílio Hingel**

Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB)

Ministério da Educação
Conselho Nacional de Educação
Câmara de Educação Básica

**Escassez de professores
no Ensino Médio:
Propostas estruturais e emergenciais**

Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB)

maio 2007



Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Fernando Haddad

Conselho Nacional de Educação

Presidente: Edson de Oliveira Nunes

Câmara de Educação Básica

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro (Presidente)

Adeum Hilário Sauer

Antonio Cesar Russi Callegari

Antonio Ibañez Ruiz

Francisco das Chagas Fernandes

Gersem José dos Santos Luciano

Maria Beatriz Luce

Maria Izabel Azevedo Noronha

Mozart Neves Ramos

Murílio de Avellar Hingel

Regina Vinhaes Gracindo

Wilson Roberto de Mattos

Ficha catalográfica



Edição e Revisão: José Eustáquio de Freitas

Editoração: Luiza Procópio Sarrapio

Impressão:

Apresentação

Este relatório resulta de uma série de levantamentos e debates realizados no âmbito da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Seu ponto de partida foi a Indicação N. 1/2006, apresentada em 06 de agosto de 2006, na qual o Conselheiro Mozart Neves Ramos propôs “a constituição imediata de uma comissão de conselheiros da Câmara de Educação Básica, contando com a participação da Câmara de Educação Superior, para estudar medidas que visem superar o déficit docente no Ensino Médio”, particularmente nas disciplinas de Química, Física, Matemática e Biologia.

Composta pelos conselheiros Antonio Ibañez Ruiz (presidente), Mozart Neves Ramos (relator) e Murílio de Avellar Hingel, a Comissão decidiu iniciar os trabalhos tomando por base o documento da Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação (SEB/MEC), denominado “Plano Emergencial para Enfrentar a Carência de Professores no Ensino Médio: Chamada Nacional”, de abril de 2005.

Como proposto pela Indicação N.1/2006, foram realizadas reuniões para discussão do tema com representantes das SEB/MEC, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), do Fórum dos Pró-reitores de Graduação (Forgrad), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), do Fórum Nacional dos Diretores de Faculdades e Centros de Educação das Universidades Públicas (Forumdir) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

O plano de trabalho elaborado pela Comissão incluiu consultas a organismos governamentais e não governamentais ligados à Educação, como a SEB/MEC, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Consed, com o objetivo de recolher dados, atualizar estudos e pesquisas e obter sugestões e relatos de experiências sobre a questão.

Com o mesmo intuito, foi elaborado um formulário e enviado a todas as Associações de Universidades e faculdades que têm por objetivo a formação de professores nas disciplinas especificadas. Coube à assessoria da CEB/CNE fazer o levantamento e sistematização das respostas que, em última análise, fundamentaram os estudos e deram base e consistência a este relatório.

Da consulta ao INEP, resultou a elaboração de um Texto para Discussão que foi

encaminhado a todos os conselheiros da CEB para análise. Na última reunião do CONSED, de 2006, os conselheiros Mozart Neves Ramos e Antonio Ibañez fizeram algumas considerações a respeito da falta de professores e, logo a seguir, abriu-se o debate para apresentação de sugestões e propostas dos participantes, também trazidas à análise desta Comissão.

O resultado desses estudos não é uma obra acabada, mas deve representar uma tomada de posição no âmbito do Conselho Nacional de Educação a respeito de uma grave situação que, se não for tratada adequadamente, colocará em risco quaisquer planos que tenham pretensões estratégicas e que visem a melhorar a qualidade da educação no país. Pois como alertou o Conselheiro Mozart Ramos, o grande déficit de professores no Ensino Médio tenderá a ampliar-se nos próximos anos, diante da necessidade de universalização das matrículas nessa etapa da educação, exigindo ações emergenciais e de caráter estrutural.

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDAR MEDIDAS QUE VISEM SUPERAR O DÉFICIT DOCENTE NO ENSINO MÉDIO (CNE/CEB)

Conselheiros membros:
Antonio Ibañez Ruiz (presidente)
Mozart Neves Ramos (relator)
Murílio de Avellar Hingel.

ESCASSEZ DE PROFESSORES NO ENSINO MÉDIO: SOLUÇÕES ESTRUTURAIS E EMERGENCIAIS

RELATÓRIO

Antonio Ibañez Ruiz, Mozart Neves Ramos e Murílio Hingel
Membros da Câmara de Educação Básica do
Conselho Nacional de Educação

I - INTRODUÇÃO

1 – População Adulta e Conclusão do Ensino Médio

Nos países de economias consolidadas, a conclusão do Ensino Médio tem sido, há muitos anos, o nível mínimo de formação exigida para o ingresso na maioria dos postos de trabalho. Estudos realizados nesses países mostram que nem sempre existe uma associação de baixas taxas de desemprego e altas taxas de realizações educacionais. Entretanto, os mesmos estudos mostram, por sua vez, que existe uma relação direta entre a renda do trabalhador e o número de estudos por ele realizados. Os dados do Banco Mundial revelam que quatro anos de estudo ampliam em 33% a renda de um trabalhador; com oito anos de estudos, o impacto chega a 55% e, com 12 anos, a renda mais que duplica, alcançando 110%. Por isso, a universalização das matrículas no Ensino Médio torna-se decisiva para aumentar a renda do trabalhador e promover o desenvolvimento social de forma mais justa.

A **Tabela 1** mostra que um dos grandes desafios do Brasil, no âmbito da Edu-

cação Básica, será o de promover, na próxima década, políticas que permitam ampliar o acesso ao Ensino Médio para que se possa reduzir a distância que nos separa de países de economias consolidadas, ou mesmo de países vizinhos, como Argentina e Chile, em termos do percentual da população adulta, entre 25 e 64 anos, que concluiu o Ensino Médio. Na média dessa população para os 30 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pesquisados, 41% já completaram a etapa final da Educação Básica; em 21 deles, mais de 60% já concluíram, no mínimo, esta etapa; enquanto países, como Alemanha, Japão e Estados Unidos, de elevado PIB *per capita*, superior a US\$ 35/dia, já alcançaram um percentual acima de 80%! Países como Argentina e Chile, que, como o Brasil não fazem parte da OCDE, estão com um percentual bem acima do nosso, ou seja, 49% e 42%, respectivamente – contra 30% do Brasil.

Além de pensar a oferta de Ensino Médio para os seus jovens, o Brasil ainda tem um débito educacional com as gerações anteriores: para um adulto que não tenha concluído sua Educação Básica, seja o Fundamental ou o Médio, o sistema de ensino deve criar oportunidades para que essa etapa seja concluída. Nesse sentido, o país deve ter uma estratégia, atrelada à oferta de Ensino Médio regular, que aponte para a oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois isto será decisivo para o enfrentamento da questão.

TABELA 1 – Percentual da população adulta, entre 25 e 64 anos, de alguns países, que concluiu pelo menos a etapa final da Educação Básica. Ano de referência: 2003.

PAÍSES	PERCENTUAL
Alemanha	83
Austrália	62
Estados Unidos	88
Finlândia	76
França	65
Holanda	66
Grécia	51
Hungria	74
Espanha	43
Itália	44
Chile	49
Argentina	42
Brasil	30

Um estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que a frequência à escola por parte dos jovens de 15 a 17 anos alcançou 82,2% em 2004, mas, desses, apenas 45,1% se encontravam, de fato, matriculados no Ensino Médio, que é nível adequado à faixa etária considerada. Esse mesmo estudo mostra que as maiores taxas de crescimento das matrículas no nível médio foram registradas ao longo da segunda metade da década de 1990. Entre 1995 e 2000, a expansão das matrículas foi da ordem de 52%, enquanto que, no período 2000-2005, houve uma ampliação de apenas 10%. O mais grave, considerando que o país está longe de universalizar as matrículas no Ensino Médio, é que, já a partir de 2005, começou a ocorrer, *prematuramente*, uma queda de matrículas nesse nível de ensino. Esta queda foi localizada, precisamente, nas regiões mais desenvolvidas do país: Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Ao contrário, nas regiões mais pobres, Nordeste e Norte, houve, houve um crescimento nas matrículas. Mas a perda líquida global foi significativa: o ano de 2005 registrou 138 mil matrículas a menos, em relação a 2004.

O estudo do IPEA chama a atenção para o fato de que a frequência ao Ensino Médio guarda estreita relação com a renda familiar. A proporção de jovens de 15 a 17 anos pertencentes ao 1º quinto de renda, que freqüentavam o Ensino Médio, correspondia em 2005, a ¼ daqueles que se situavam no 5º quinto superior de renda (**Tabela 2**). Verifica-se, portanto, que esse índice médio é, ainda, revelador das desigualdades regionais.

TABELA 2 – Taxa de frequência líquida no Ensino Médio de pessoas de 15 a 17 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar per capita, Brasil e Grandes Regiões, 2005.

Grandes Regiões	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	18,9	28,2	39,9	54,5	74,3
Norte	15,2	19,0	32,3	38,7	56,6
Nordeste	10,7	16,1	22,6	27,5	51,3
Sudeste	31,9	44,5	56,2	64,8	79,5
Sul	29,0	40,4	51,8	64,6	78,1
Centro-Oeste	26,3	31,9	42,1	48,8	71,5

Fonte: Pnad/IBGE; Elaboração: Disco/Ipea

Outro dado importante revelado no estudo do IPEA é que a frequência ao Ensino Médio de jovens residentes em áreas rurais correspondia, em 2005, à metade da registrada entre residentes de áreas urbanas não metropolitanas (48,2%). Apesar de esse dado evidenciar uma forte desigualdade no acesso ao Ensino Médio, observa-se um avanço quando o percentual é comparado com o que ocorria em 1995,

quando a relação que se observava entre jovens das zonas rurais relativamente aos das áreas urbanas era de apenas 1/4. Contudo, vale aqui ressaltar que um dos grandes gargalos para ampliar este percentual é a oferta de transporte escolar, com custo adequado e qualidade. O estudo também mostra que, de 1995 para 2005, aumentou o percentual de pardos e negros no Ensino Médio: de 37% para 61%.

Apesar da queda quantitativa nas regiões mais desenvolvidas do país, hoje mais de nove milhões de brasileiros cursam o Ensino Médio. Houve um avanço importante de crescimento nas matrículas ao longo da segunda metade da década de 1995 até 2005. Entretanto, esse crescimento não foi acompanhado pela melhoria de qualidade, como revelaram os resultados do Saeb/2003 (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Os resultados são mostrados na **Tabela 3** para a disciplina de Língua Portuguesa – os resultados em Matemática foram similares.

TABELA 3 – Desempenho em Língua Portuguesa na 3ª série do Ensino Médio – Saeb/2003

Estágio	Geral	Ensino público	Ensino privado
Muito crítico	3,9%	4,4%	1,2%
Crítico	34,7%	39,9%	9,5%
Intermediário	55,2%	53,4%	63,9%
Adequado	6,2%	2,3%	25,4%

De acordo com esta **Tabela 3**, 44,3% dos alunos da rede pública estão nos estágios de aprendizagem *Muito crítico* e *Crítico*, enquanto que, na rede privada, esse percentual é de 10,7%. A disparidade se reflete também no acesso à universidade pública, onde a larga maioria dos cursos de maior prestígio social é freqüentada, quase que exclusivamente, por alunos egressos da rede privada. A ausência de qualidade, certamente, é um dos fatores que contribui para a elevada taxa de abandono escolar, próxima a 14%, acompanhada de uma taxa de repetência da ordem de 10%.

Os percentuais elevados de abandono e de repetência escolar resultam de um conjunto de fatores, a começar pela falta de acesso à escola dos alunos das zonas rurais para as sedes dos municípios, pela irregularidade e baixa qualidade do transporte escolar, pela ausência de propostas pedagógicas mais motivadoras e com ênfase na multi e na interdisciplinaridade, carência de professores mais bem pagos e melhor preparados, falta de financiamento adequado e necessidade de ingresso no mercado de trabalho.

A maior parte das escolas de Ensino Médio não possui laboratórios de informática e de ciências; e quando os têm, os professores, em geral, não estão adequa-

damente capacitados para utilizá-los. Se os recursos do Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações (FUST), algo que gira em torno de R\$ 3,5 bilhões, tivessem sido empregados na informatização das escolas, certamente a escola estaria mais próxima de atender às necessidades tecnológicas impostas pela sociedade digital do século 21. A informatização propiciada pela aplicação dos recursos do FUST promoveria, sem dúvida, um incremento de qualidade no Ensino Médio, além de contribuir para democratizar o acesso à informática para os jovens de menor poder aquisitivo.

1.2 - Da Importância do Financiamento

Diferentemente do que ocorreu com o Ensino Fundamental, beneficiado pelo FUNDEF, a ausência de financiamento próprio para o enfrentamento da expansão de matrículas, ao longo da segunda metade da década de 1990 até a primeira metade da década atual, apresenta-se como um gargalo importante para o acesso e permanência do aluno de Ensino Médio na escola. Ao contrário do aluno do Ensino Fundamental, até 2003, o aluno de Ensino Médio não recebia os livros didáticos, só começando a recebê-los, e, ainda assim, de forma discreta, a partir de 2004, e apenas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. O aluno do Ensino Médio não tem merenda escolar, ao contrário do aluno do Ensino Fundamental; e sabe-se que esse é um fator importante para a frequência à escola.

Comparado a outros países, o Brasil ainda investe muito pouco na Educação Básica, mesmo em relação àqueles economicamente mais próximos e aos situados na América do Sul, como Argentina e Chile, como se vê na Tabela 4, abaixo.

TABELA 4 – Investimento por aluno/ano nas três últimas etapas da Educação Básica (em US\$)

País	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	1ª etapa (1ª a 4ª séries)	2ª etapa (5ª a 8ª séries)	
Alemanha	4.537	5.667	9.835
Irlanda	4.180	5.698	5.758
Austrália	5.169	7.063	7.908
Chile	2.211	2.217	2.387
México	1.467	1.477	2.378
Argentina	1.241	1.286	2.883
Brasil	842	913	1.008

A verdade é que os países de economias consolidadas investem por aluno/ano, em média, algo em torno de US\$ 7 mil na Educação Básica – e são países que estão muito à frente do Brasil, que se encontra em último lugar, como indicam os resultados do PISA, Programa Internacional de Avaliação de Desempenho, aplicado para jovens de 15 anos, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. A **Tabela 5** mostra resultados do PISA para alguns países e o investimento médio de cada um na Educação Básica. Países como Argentina, Chile e México investem mais do que o dobro investido pelo Brasil no Ensino Médio. Ou seja, independentemente do país, nesse campo inexistem mágicas: não há como melhorar a qualidade do ensino sem que haja investimento adequado.

TABELA 5 – Desempenho escolar e investimento médio por aluno/ano na educação básica.

País	Rendimento escolar no PISA 2003 (pontos)	Investimento por aluno/ano (US\$)
Finlândia	548	7.121
Japão	548	6.952
Coréia do Sul	538	5.882
Alemanha	502	7.025
EUA	491	9.098
Espanha	487	6.010
Portugal	468	6.921
México	405	1.768
Brasil	390	944

Em comparação com os países de economias consolidadas, o país deu um passo que é importante para reverter a situação, mas ainda está distante da necessidade real para o enfrentamento da necessidade de ampliar o investimento aluno/ano: foi a criação do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, que irá ampliar o número de alunos atendidos dos atuais 30,2 milhões para 48 milhões, ao final dos próximos três anos, quando o Fundo estará movimentando cerca de R\$ 55 bilhões. O mais importante é que, não só, agora, o aluno do Ensino Médio passará a ser atendido (até com a oferta de merenda escolar, por exemplo), mas também porque, a partir do quarto de ano de vigência, o governo federal terá que contribuir com pelo menos 10% desse fundo. No FUNDEF, o governo só participava com 1,5% do total!

Outro importante aspecto do FUNDEB, é que, pelo menos 60% dos recursos deverão ser aplicados na remuneração dos profissionais da educação. O financia-

mento insuficiente tem reflexo direto na questão da qualidade, porque ele resulta na baixa remuneração do professor; o que, por sua vez, leva os jovens a ingressarem em número cada vez menor nos cursos de Licenciatura. Naturalmente, isso provoca um outro grave e, possivelmente, mais importante problema para o enfrentamento da baixa qualidade do ensino: a escassez de professores no Ensino Médio, especialmente nas disciplinas das ciências exatas e da natureza, mais precisamente em Química, Física, Biologia e Matemática.

1.3 - A Escassez de Professores no Ensino Médio - o desafio a ser vencido

a) Da Remuneração Docente

Mais uma vez, o Brasil é um dos países que menos paga aos seus professores. É o que demonstrou um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), apresentado em Paris, durante as comemorações do Dia Internacional do Professor, realizadas em 38 países, entre eles, o Brasil. O levantamento revelou que um número cada vez menor de jovens está disposto a seguir a carreira do magistério. E os baixos salários praticados constituem uma das principais causas apontadas para isto, senão a mais importante. A pesquisa mostra que, no Brasil, o salário médio de um professor em início de carreira é dos menores: precisamente, é o antepenúltimo da lista dos mais baixos entre os 38 países pesquisados. A **Tabela 6** apresenta os resultados para alguns dos países pesquisados.

TABELA 6 – Remunerações anuais de professores no início e no topo da carreira do magistério no Ensino Médio (US\$).

País	Remuneração inicial/ano	Remuneração no topo/ano
Alemanha	35.546	49.445
Coréia do Sul	23.613	62.135
Estados Unidos	25.405	44.394
Espanha	29.058	43.100
Finlândia	21.047	31.325
França	21.918	41.537
Inglaterra	19.999	33.540
Portugal	18.751	50.061
Argentina	15.789	26.759
Chile	14.644	19.597
Malásia	13.575	29.822
Brasil	12.598	18.556

Como a questão salário não se resolve a curto prazo, pelo menos é possível criar o piso salarial nacional para o professor, via FUNDEB, e instituir mecanismos que possam elevar o desempenho e promover o professor em sua carreira profissional. Do contrário, será difícil vencer o desafio da elevação de qualidade e, por conseguinte, dos demais fatores que influenciam a motivação e a auto-estima do aluno e do corpo docente. É importante ressaltar que o FUNDEF teve papel muito importante para reduzir assimetrias salariais entre professores das diferentes regiões do país, apesar destas ainda persistirem.

Com o FUNDEB, com a prometida ampliação da participação da União a partir de um percentual mínimo de 10% do total do Fundo e com uma atualização regular do custo- aluno, é de se esperar que o país comece, de fato, a enfrentar a questão salarial, estabelecendo um piso nacional digno para o professor. Os dados do INEP, traduzidos no documento “Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003”, mostram que, no Ensino Médio, a média salarial do professor da rede estadual é de R\$ 994,80. Nota-se, como nas outras etapas da Educação Básica, uma disparidade salarial entre o professor que leciona no Nordeste, por exemplo, e aquele das regiões mais desenvolvidas. No Nordeste, um professor de Ensino Médio ganha, em média, R\$ 822,92 - menos do que recebe um aluno para fazer mestrado, cuja bolsa é de R\$ 955,00. Não é que a Bolsa de Mestrado seja elevada, mas, para os poucos que concluem um curso de licenciatura em ciências exatas, por exemplo, é muito mais estimulante “batalhar” por uma oportunidade na pós-graduação do que ingressar na carreira do magistério para ganhar menos de três salários mínimos por mês. A **Tabela 7** mostra a média salarial de um professor de Ensino Médio no Brasil e regiões, segundo o estudo do INEP.

TABELA 7 – Salário do professor da rede estadual de Ensino Médio no Brasil e regiões, 2003.

Brasil/Regiões	Salário médio (R\$)
Brasil	994,80
Norte	1.213,20
Nordeste	822,92
Sudeste	1.094,10
Sul	940,23
Centro-Oeste	1.034,20

Nota: O fato de se colocar como eixo de referência o professor da rede estadual é porque cerca de 85% das matrículas do Ensino Médio se concentram nessa rede.

Nota-se, claramente, que um esforço nacional deve ser feito para reduzir as disparidades salariais entre as regiões e que este deverá ser um dos propósitos mais relevantes do FUNDEB, para corrigir distorções e, assim, elevar o desempenho docente e promover o mérito.

b) Da Formação de Professores

O dados do INEP, mesmo que preliminares, apontam para uma necessidade de cerca de 235 mil professores para o Ensino Médio no país, particularmente nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Biologia, conforme mostra a **Tabela 8**. Precisa-se, por exemplo, de 55 mil professores de Física; mas, entre 1990 e 2001, só saíram dos bancos universitários 7.216 professores nas licenciaturas de Física, e algo similar também se observou na disciplina de Química. Ainda a título de exemplo, em 2001, formaram-se pela Universidade de São Paulo (USP), a maior das universidades brasileiras, 172 professores para lecionar nas quatro disciplinas: 52 em Física, 42 em Biologia, 68 em Matemática e apenas 10 em Química.

TABELA 8 – Demanda hipotética de professores no Ensino Médio, com e sem incluir o 2º ciclo do Ensino Fundamental, por disciplina, e número de licenciados entre 1990 e 2001.

Disciplina	Ensino Médio	Ensino Médio + 2º Ciclo do E.F.	Nº de Licenciados entre 1990-2001
Língua Portuguesa	47.027	142.179	52.829
Matemática	35.270	106.634	55.334
Biologia	23.514	55.231	53.294
Física	23.514	55.231	7.216
Química	23.514	55.231	13.559
Língua Estrangeira	11.757	59.333	38.410
Educação Física	11.757	59.333	76.666
Educação Artística	11.757	35.545	31.464
História	23.514	71.089	74.666
Geografia	23.514	71.089	53.509
TOTAL	235.135	710.893	456.947

A evasão nos cursos de Licenciatura nas universidades de todo o país é, por sua vez, excessivamente alta, e por vários fatores, que vão desde as repetências sucessivas nos primeiros anos, até a falta de recursos para os alunos se manterem, mesmo numa universidade pública. Um estudo de dez anos atrás realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Bra-

sileiras, feito em parceria entre o MEC e o Fórum de Pró-Reitores de Graduação (FORGRAD), mostra o percentual de evasão nas licenciaturas, conforme a **Tabela 9**. É importante ressaltar que o número de alunos evadidos foi separado número de retidos, de forma que o percentual expresso na Tabela refere-se, de fato, a alunos evadidos. Apesar do tempo que se passou, nada mudou de lá para cá!

Assim, como o número de vagas oferecidas pelas universidades para os cursos de Licenciatura já é insuficiente para a demanda atual, e considerando os elevados índices de evasão, já se imagina o que irá ocorrer com o advento do FUNDEB, que tem potencial para ampliar o acesso ao Ensino Médio: o resultado poderá vir a ser chamado de *Apagão do Ensino Médio*, e será inevitável, caso providências urgentes não venham a ser tomadas pelo governo federal, em regime de colaboração com os estados.

Tabela 9 – Evasão nos cursos de Licenciatura, 1997 (%)

Curso	Percentual de Evasão
Licenciatura em Matemática	56%
Licenciatura em Química	75%
Licenciatura em Física	65%
Licenciatura em Biologia	42%
Licenciatura em História	44%
Licenciatura em Geografia	47%
Licenciatura em Letras	50%
Licenciatura em Educação Artística	52%

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Brasil corre sério risco de ficar sem professores de Ensino Médio na rede pública, na próxima década. E o alerta da CNTE tem suas razões: basta de que se analise a relação entre número de ingressantes na profissão *versus* a perda de profissionais por aposentadoria ou baixa remuneração salarial. O estudo toma por base uma pesquisa feita pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e realizada com 4.656 professores de dez estados, no início de 2005. A sondagem está retratada no Documento da Comissão de Aperfeiçoamento de Profissionais do Ensino Médio e Profissionalizante (CAPEMP), instituída pelo MEC, para, entre outras coisas, apontar soluções emergenciais para o enfrentamento da escassez de professores no Ensino Médio. Ela revela que, em um universo de 2,5 milhões de educadores, cerca de 60% estão mais próximos da aposentadoria que do início de carreira.

A progressiva diminuição do ingresso de jovens no magistério pode ser constatada pelo número de professores em cada faixa etária, conforme mostra a **TABELA 10**, extraída do Documento Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – 2003, do INEP/MEC. Observa-se que, na faixa etária de 45 anos ou mais de idade, encontram-se 35% dos professores, sendo que o menor percentual está na região Norte, e o maior na região Nordeste. Na faixa crítica para a aposentadoria, encontra-se um percentual de 7%, sendo que, no Nordeste, esse percentual ultrapassa a 8%.

Os dados da CNTE mostram que a categoria é atingida por altos índices de afastamento por problemas de saúde e de faltas ao trabalho por problemas de exaustão. Esse estudo revela, ainda, que, entre as causas apontadas para o pouco interesse dos jovens pela profissão, estão os baixos salários, a violência nas escolas e a superlotação das salas de aula.

TABELA 10 – Número de profissionais do magistério da rede estadual da educação básica, por faixa etária, no Brasil e suas regiões, 2003.

Brasil /Regiões	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	65 anos ou mais	Não informado	TOTAL
Brasil	3,6%	22,3%	37,7%	28,2%	6,6%	0,4%	1,2%	608.570
Norte	3,6%	29,3%	38,7%	23,0%	4,1%	0,2%	1,1%	51.423
Nordeste	3,5%	18,8%	36,3%	32,0%	7,5%	0,6%	1,3%	153.229
Sudeste	2,8%	20,8%	38,6%	28,6%	7,2%	0,5%	1,5%	254.025
Sul	5,1%	24,3%	36,9%	25,9%	6,3%	0,3%	1,2%	102.236
Centro-Oeste	5,2%	29,3%	37,5%	22,9%	3,7%	0,2%	1,2%	47.657

Mais recentemente, o INEP elaborou um estudo acerca da relação entre a situação de professores atuando em disciplinas específicas e a adequação de sua formação inicial para o exercício do magistério. Apesar de ter sido um estudo preliminar, o INEP entendeu que a sua divulgação, por solicitação desta Comissão da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, poderia contribuir para a elaboração de algumas políticas para o enfrentamento da escassez de professores para o Ensino Médio.

O INEP considerou uma grade horária típica para a 2ª etapa do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e para o Ensino Médio. Nessa grade hipotética, foi considerado, por exemplo, que, de uma turma com 20 horas de aulas semanais, 20% do tempo seriam utilizados para a disciplina Língua Portuguesa. Assim, uma turma de 20 horas teria uma carga horária diária de quatro horas em sala de aula, o que é compatível com o que foi averiguado no Censo Escolar de 2005, em torno de

4,5 horas. Considerando que na computação do Censo encontra-se embutido o tempo de intervalo, o valor de quatro horas em sala de aula/dia é bastante razoável.

Outra questão considerada no trabalho do INEP foi o número médio de alunos por turma, também com base no Censo Escolar de 2005, ficando o 2º Ciclo do Ensino Fundamental com 36,7 alunos por turma e Ensino Médio com 31,4 alunos por turma. Nesse cálculo, as matrículas no 2º Ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio foram 15.069.056 e 9.031.302, respectivamente. O número de turmas para cada uma dessas duas etapas foi obtido pelo quociente [matrículas (m)/Nº médio de alunos por turma (at)]; o que produziu, respectivamente, 479.906 para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental e 246.085 para o Ensino Médio.

Finalmente, o estudo fez uma estimativa do número de professores necessários em cada disciplina, de forma a atender a quantidade de turmas existentes e considerando uma jornada semanal de 20 horas em sala de aula para os professores, independente da disciplina que ministram, com base no Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. O INEP chama atenção para o fato de que esse estudo não alcançou abrangência censitária, tendo sido necessária a realização de um tratamento estatístico de correção dos dados. Os resultados da carga horária semanal hipotética e da demanda de professores por disciplina são mostrados nas Tabelas 11 e 12.

TABELA 11 – Carga horária hipotética semanal e demanda estimada de professores por disciplina no Ensino Médio que apresenta 246.085 turmas (t).

Disciplina	Horas/Semana	Percentual (p)	Professores por Disciplina (pxt)
Língua Portuguesa	4	20,0%	49.217
Matemática	3	15,0%	36.913
Biologia	2	10,0%	24.068
Física	2	10,0%	24.068
Química	2	10,0%	24.068
Língua Estrangeira	1	5,0%	12.304
Educação Física	1	5,0%	12.304
Educação Artística	1	5,0%	12.304
História	2	10,0%	24.068
Geografia	2	10,0%	24.068
Total	20	100,0%	248.085

TABELA 12 – Carga horária hipotética semanal e demanda estimada de professores por disciplina no 2º Ciclo do Ensino Fundamental que apresenta 479.906 turmas (t).

Disciplina	Horas/Semana	Percentual (p)	Professores por Disciplina (pxt)
Língua Portuguesa	4	20,0%	95.981
Matemática	3	15,0%	71.986
Ciências	4	20,0%	95.981
Língua Estrangeira	2	10,0%	47.991
Educação Física	2	10,0%	47.991
Educação Artística	1	5,0%	23.995
História	2	10,0%	47.991
Geografia	2	10,0%	47.991
Total	20	100,0%	479.906

Um aspecto importante que deve ser considerado nessas Tabelas é que os números obtidos representam, conforme o INEP chama a atenção, postos de trabalho para os professores, levando-se em conta que um professor pode exercer suas funções em mais de um turno e em mais de uma escola. Esses números mostram que, para enfrentar a demanda hipotética no Ensino Médio, será preciso cobrir 246.085 postos de trabalho, enquanto que, para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental, esse número será de 479.906. Para saber qual é a capacidade de “cobertura” do país, o INEP recorreu ao Censo do Ensino Superior e obteve o número de concluintes nos cursos de Licenciatura para atuarem em todas as disciplinas consideradas na grade hipotética, mas bastante próxima da real. Os números de concluintes são mostrados na **Tabela 13**.

TABELA 13 – Concluintes por Cursos de Licenciatura no período entre 1990 e 2005.

Curso de Licenciatura	Total de Concluintes entre 1990-2005
Língua Portuguesa	177.845
Matemática	103.225
Biologia	95.856
Física	13.504
Química	23.925
Educação Artística	43.629
Educação Física	130.801
Língua Inglesa	112.112
Língua Espanhola	17.385
Língua Francesa	4.386
História	120.488
Geografia	88.549

Comparando os dados de demanda apresentados nas Tabelas 11 e 12 com aqueles de concluintes apresentados na Tabela acima, o INEP chegou às seguintes conclusões:

- a) percebe-se um baixo percentual de professores com formação inicial específica na disciplina que lecionam; entretanto, a pesquisa chama a atenção para o fato de que isso não quer dizer que o professor não seja habilitado – ele o é, desde que tenha feito alguma qualificação fora da formação inicial, por meio do processo de formação continuada.
- b) Apenas em Língua Portuguesa, Biologia e Educação Física há mais de 50% dos docentes em atuação que têm licenciatura na disciplina ministrada. A situação mais preocupante é na disciplina de Física, em que esse percentual fica apenas em 9%! A disciplina de Química não está muito atrás, com 13%. Os percentuais, em várias disciplinas, são mostrados na **Tabela 14**.

TABELA 14 – Percentual de docentes com formação específica, por disciplina.

Disciplina	Docentes com Formação Específica
Língua Portuguesa	56%
Matemática	27%
Biologia	57%
Física	9%
Química	13%
Língua Estrangeira	29%
Educação Física	50%
Educação Artística	20%
História	31%
Geografia	26%

1.4 - Primeiras Conclusões

De forma resumida, observa-se que o número de jovens interessados em ingressar na carreira do magistério é cada vez menor em decorrência dos baixos salários, das condições inadequadas de ensino, da violência nas escolas e da ausência de uma perspectiva motivadora de formação continuada associada a um plano de carreira atraente.

Considerando o advento do FUNDEB, que irá promover uma maior demanda por Ensino Médio, tanto maior quanto será o peso deste ensino no modelo de partição de recursos, mais o fato de que o número de aposentadorias tende a superar o número de formandos nos próximos anos, e que, já, agora, se observa a falta de professores nas disciplinas de ciências exatas, chega-se à conclusão que o quadro atual do Ensino Médio já é bastante grave e deve se agravar ainda mais no futuro, chegando-se a temer a ameaça de um *Apagão do Ensino Médio*, caso medidas emergenciais e estruturais não sejam tomadas.

É nesse contexto que este trabalho se insere, e por isso, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação tomou para si também a responsabilidade, não só de fazer este diagnóstico, mas também de apresentar recomendações de curto e de médio prazo que ajudem a minimizar o risco do *apagão*. A CEB/CNE se junta, assim, ao esforço inicial de propostas elaboradas pela CAPEMP/MEC, as quais não tiveram continuidade nem o controle esperado sobre a evolução das políticas propostas.

II – Soluções e Proposições

1. Pressupostos

Muitas das medidas preconizadas exigem urgência, pois se destinam a sanar deficiências que assumem caráter emergencial em função do risco iminente de agravamento da escassez de professores. Outras medidas têm caráter estruturante e demandam mais tempo para se concretizarem. A eficácia de todas elas, especialmente das que têm fundo estrutural, depende de condições específicas a serem criadas pela efetivação de alguns pressupostos, como os seguintes:

a) **Constituição e efetividade do Sistema Nacional de Educação**

O reconhecimento de um Sistema Nacional de Educação é essencial para que se assegure tratamento prioritário à educação: o projeto de nação para o Brasil supõe um Projeto Nacional de Educação. Portanto, a educação há de ser vista em sua totalidade e articulada nos diversos níveis de administração – isto é, os entes federados, União, Estados Distrito Federal e Municípios -, bem como nos diferentes níveis, modalidades, graus e etapas da própria educação.

b) **Conferência Nacional de Educação para Todos**

É fundamental restabelecer a prática da realização, pelo menos bienal, da Conferência Nacional de Educação para Todos, bem como das conferências preparatórias em nível local e regional, como forma de estimular o debate, fortalecer o intercâmbio de experiências e pesquisas em todos os níveis – inclusive no plano continental e internacional –, buscar consensos, definir compromissos e estratégias comuns para o desenvolvimento da educação no país.

c) **Instituição da Política Nacional de Formação de Professores**

Instituir uma política nacional de formação de professores é condição inerente ao Sistema Nacional de Educação, dele se beneficiando na medida em que se estabeleçam formas e mecanismos de cooperação entre os entes federativos, e, ao mesmo tempo, contribuindo para fortalecê-lo pela qualificação de seus agentes. Essa política deve ter metas ambiciosas, recursos financeiros adequados e ter por base programas e ações para formação, aperfeiçoamento, avaliação e promoção dos recursos humanos no campo da educação pública. Os programas e as ações abrangidos por essa política devem contemplar a criação de centros de formação inicial e continuada em todos os estados, regiões metropolitanas e outras consideradas de importância estratégica, com estabelecimento de metas a serem cumpridas pelos estados e municípios, bem como

pela concertação política visando à definição de padrões e incentivos a serem inseridos nos planos de carreira de estados e municípios. As ações dessa política deverão, ainda, balizar-se pelo conceito de redes de ação e de cooperação, de forma a criar condições para a atuação integrada dos sistemas de ensino, das instituições de ensino superior, dos centros de pesquisas voltados para a Educação e das organizações sociais.

d) Participação permanente das IFES

Não há como melhorar a qualidade da educação básica se as instituições de educação superior, em especial as federais, não forem convocadas e estimuladas a priorizar a formação inicial e continuada dos recursos humanos que vão atuar na educação básica. Cabe a elas, em cooperação com organismos governamentais de todos os níveis, debater, propor e desenvolver ações e projetos específicos para a formação de educadores para suprir as principais carências do sistema educacional. A elas, primordialmente, compete a tarefa de viabilizar, do ponto de vista metodológico, com base científica e senso prático, uma efetiva rede nacional de centros de formação inicial e continuada e de aperfeiçoamento de professores.

e) Currículos novos para os novos saberes

As diretrizes curriculares para a educação básica, as atualmente vigentes e as que se encontram em processo de revisão, enfatizam o tratamento curricular interdisciplinar e o desenvolvimento dos conteúdos por meio do método de projetos: trata-se de proceder a religação dos saberes, tal como defendida por especialistas em currículo. A formação de professores, inicial ou continuada, deve ser compatível com esses princípios e essas diretrizes. É indispensável, por conseguinte, a revisão dos currículos das licenciaturas plenas – como já se fez com o Curso de Pedagogia – e a criação de licenciaturas abrangentes (licenciaturas por área).

f) Prioridade para as licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática

As políticas públicas voltadas para a formação de professores devem abranger todos os conteúdos curriculares; contudo a insuficiência de professores habilitados e qualificados para Física, Química, Matemática e Biologia (Ciências), conforme dados disponibilizados pelo INEP, coloca essas licenciaturas plenas em grau de precedência.

g) Medidas emergenciais contra a escassez de professores

O MEC deve assumir a responsabilidade de buscar soluções emergenciais para sanar a falta de professores em disciplinas específicas e intervir no caso de situações crônicas, como as que estão sendo tratadas nesta Comissão Especial. Essa responsabilidade é atribuída pelo Art. 205 da Constituição Federal ao afirmar que a Educação é dever do Estado e da família.

h) Mais investimentos na Educação Básica

Considerando os números relativos ao custo aluno/ano e comparando a situação do Brasil com outros países, inclusive com a dos nossos vizinhos da América do Sul de economias similares, constata-se que será preciso ampliar fortemente os investimentos na Educação Básica, em especial no Ensino Médio, para vencer o desafio da baixa qualidade que afasta das escolas tanto os professores quanto os alunos, produzindo um rebatimento direto nos salários e nas condições de ensino e aprendizagem. É preciso que o governo não só entre com pelo menos 10% dos recursos do FUNDEB, mas que também amplie gradualmente o percentual destinado à Educação Básica de 3,5% para 5% do PIB, o que equivalerá a injetar no setor cerca de R\$ 20 bilhões a mais, nos próximos anos. E isso equivaleria a apenas 5% dos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado recentemente.

i) Instituir o piso salarial para os professores do Ensino Médio

Pelos números aqui apresentados, os salários dos professores no Brasil, em qualquer etapa da Educação Básica, são muito mais baixos do que em outros países, inclusive Argentina, Chile e México, e não se pode enfrentar o atual *déficit* docente sem um estímulo financeiro aos profissionais, capaz de levar mais jovens a buscar os cursos de licenciatura em nossas universidades. Portanto, é fundamental estabelecer, no âmbito do FUNDEB, um piso salarial para o professor de Ensino Médio, associado à avaliação de desempenho e que possa vincular-se a uma estratégia de formação continuada e de dedicação em tempo integral.

j) Informatizar as escolas e provê-las de comunicação via Internet

Da mesma forma, sustentar os avanços qualitativos pretendidos só será viável se os professores puderem contar também com ferramentas modernas de comunicação e de busca de informações. Assim, um especial esforço deve ser dedicado à informatização das escolas de Ensino Médio e a provê-las de acesso à Internet. Isto promoveria um incremento de qualidade no ensino, além de

contribuir para democratizar o acesso dos professores e dos jovens de menor poder aquisitivo aos recursos da informática.

k) Livros didáticos gratuitos para o Ensino Médio

O Programa Nacional do Livro do Ensino Médio precisa ser implantado de forma agressiva, como prioridade. Entretanto, há de se louvar a iniciativa já em curso para as disciplinas de Português e Matemática.

l) Transporte escolar e merenda escolar também para o Ensino Médio

É essencial promover um regime de maior colaboração com os Estados e com os Municípios de forma que o problema do transporte escolar do aluno do Ensino Médio e a questão de sua merenda possam ser efetivamente enfrentados. Essas medidas, de um lado, garantem o acesso às escolas, especialmente nas zonas rurais, e, de outro, incentivam a permanência dos alunos na escola, com reflexos diretos no rendimento escolar.

2. Propostas

As propostas aqui apresentadas não possuem caráter independente, mas sim de complementaridade, e visam a atuar sobre os problemas identificados e analisados neste documento, sem, contudo, desconsiderar as possíveis experiências ou providências em curso.

2.1 - Soluções Estruturais

1. Formação de professores por licenciaturas polivalentes

O governo federal deve estabelecer um olhar diferenciado para os cursos de licenciatura em todo o país de forma a produzir e estimular estudos e experiências para a organização e aplicação de Licenciaturas Plenas Abrangentes (por área), destinadas à formação de professores “polivalentes”, a princípio, em nível das universidades mantidas pelo Poder Público.

2. Estruturar currículos envolvendo a formação pedagógica

Estruturação de Currículos de Licenciaturas Plenas em Física, Química, Matemática e Biologia (com Ciências) específicos para a formação de professores e diferenciados dos currículos destinados à formação de bacharéis. Os currículos das licenciaturas deverão, necessariamente, envolver a formação pedagógica, com a participação das Faculdades de Educação, Centros Pedagógicos ou unidades equivalentes às das universidades mantidas pelo Poder Público.

3. Instituir programas de incentivo às licenciaturas

O Ministério da Educação deverá estimular as licenciaturas plenas com políticas incentivadoras (Pró-Licen), compreendendo recursos financeiros e humanos para dotar as universidades de instalações e pessoal qualificado, bolsas de estudos aos estudantes nas instituições mantidas pelo Poder Público e oferta preferencial desses cursos no período noturno.

4. Criação de bolsas de incentivo à docência

De imediato, o MEC deverá implantar um programa de bolsas de incentivo à docência para os alunos desses cursos, nos mesmos moldes da iniciação científica, que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Essa atitude significa valorizar o futuro professor e despertar a motivação das universidades pela educação básica, e também aumentaria a demanda pelos cursos de Licenciatura, com impacto direto na qualidade discente.

5. Critério de qualidade na formação de professores por educação a distância

O Ministério da Educação precisa ampliar e supervisionar a qualidade da oferta de cursos de licenciatura à distância. Não dá para enfrentar a falta de professores no Ensino Médio sem colocar na agenda os novos meios de comunicação, principalmente devido ao grande *déficit* atual e às dimensões continentais do Brasil, mas é preciso verificar e garantir o sucesso e a eficiência desses métodos. Neste sentido, é preciso louvar algumas iniciativas do Ministério da Educação, em parceria com universidades públicas, que resultaram na criação da Universidade Aberta do Brasil, muito embora ela não tenha entrado, ainda, na agenda da Educação Básica.

6. Integração da Educação Básica e o Ensino Superior

Implantar um programa permanente de financiamento visando a articular ações e projetos que integrem professores universitários, mestrandos e doutorandos de nossas universidades com os objetivos da Educação Básica. O hiato, hoje existente, entre a Educação Básica (a de nível médio, em especial) e a Superior, tem contribuído para a perda de qualidade da educação no setor público. Estabelecer essa ponte, certamente, criaria espaços inovadores e motivadores de integração entre universidades e escolas públicas. A título de exemplo, podem ser citadas as seguintes ações que devem ser incluídas num programa de financiamento: estágios de professores de Ensino Médio em laboratórios de universidades; realização conjunta (docentes universitários e de Ensino Médio) de pesquisas e estudos; seminários voltados para a reflexão e disse-

minação de boas práticas de escolas de nível médio; realização de congressos para apresentação de estudos e pesquisas; e aquelas atividades que venham a ser incluídas nas Diretrizes de Aperfeiçoamento de Professores da Educação Básica, a serem encaminhadas pelo MEC e aprovadas pelo CNE.

7. Incentivo ao professor universitário que se dedica à Educação Básica

Finalmente, promover, no âmbito do ensino superior, uma política mais direcionada para a ampliação das vagas e melhoria da qualidade dos cursos de Licenciatura, com foco no turno da noite, para atender os alunos que necessitam trabalhar durante o dia. É preciso criar mecanismos para reduzir os atuais índices de evasão nestes cursos, assim como valorizar o professor universitário que se dedica à Educação Básica, da mesma forma que acontece com aqueles que se dedicam à pesquisa e à pós-graduação. Em geral, esses últimos podem obter bolsas de pesquisador pelo CNPq, apoios para participarem de Congressos especializados e bolsas para orientar alunos de graduação e de pós-graduação, além de auxílios para suas pesquisas.

2.2. Soluções Emergenciais

1 – Contratação de profissionais liberais como docentes

Contratação, conforme estabelecido pelo respectivo Conselho de Educação, de profissionais liberais (engenheiros, biólogos, agrônomos...) para atuarem no Ensino Médio nas disciplinas de Química, Física, Matemática e Biologia, mediante a aprovação em curso de Complementação Pedagógica. Esse curso, previamente regulamentado pelo CNE, deveria incluir Didática Especial e prática de ensino relativa à habilitação pretendida. A proposta é particularmente útil para escolas públicas e municípios de médio e pequeno porte do interior dos estados, onde as oportunidades de trabalho e de remuneração não são semelhantes àquelas observadas nos grandes centros. Os cursos de Complementação Pedagógica também deveriam ser ofertados a professores em exercício, preferentemente nos períodos de recesso escolar, podendo-se utilizar a metodologia da educação a distância, pelo menos parcialmente, e compreendendo a concessão de bolsas de estudos.

2 – Aproveitamento emergencial de alunos de licenciaturas como docentes

Aproveitar a participação de alunos de graduação para ensinar nas escolas públicas, nas disciplinas com déficit docente. Isto representaria um pacto

provisório entre o Executivo estadual e os órgãos de controle para a superação de um déficit que é real e tende a agravar-se, pois não é possível formar professores de uma hora para outra. Nesse caso, os municípios mais beneficiados seriam, em particular, aqueles próximos dos centros universitários. Os graduandos receberiam bolsas de iniciação à docência, semelhantes às de Iniciação Científica. Além disso, a atividade poderia valer créditos (carga horária cursada) e ser reconhecida com de extensão universitária. A implantação da proposta requer a criação de grupos estaduais de acompanhamento da demanda de professores, supervisionados pelo MEC, com a participação das Secretarias de Educação, de Ciência e Tecnologia, das universidades (públicas e privadas), Conselhos Estaduais de Educação e Ministério Público, bem como outras instituições formadoras de professores. A função desses grupos seria verificar as formas legais de remuneração e contratação para a utilização de alternativas emergenciais de docência, naqueles sistemas onde a carência de professores for comprovada.

3 – Bolsas de Estudos para alunos carentes em escolas da rede privada

Seguindo os parâmetros do bem sucedido programa PROUNI, que ampliou o acesso ao ensino superior privado para os alunos egressos da rede pública, as escolas particulares de Ensino Médio poderiam destinar vagas disponíveis para alunos da rede pública, nos casos em que não haja condições de cobertura efetiva de demanda de ensino público, por inexistência de escola ou falta crônica de professores para lecionarem integralmente as disciplinas desta etapa da educação básica. A adoção da proposta exige, naturalmente, estudos detalhados sobre mecanismos de contrapartida financeira do Estado e a viabilidade de outros mecanismos já utilizados no PROUNI.

4 – Incentivo ao retardamento das aposentadorias de professores

Criação de incentivos fiscais ou financeiros para adiar a aposentadoria dos professores de Ensino Médio e dos últimos anos do Ensino Fundamental, especialmente dos que trabalham com as disciplinas com maior carência de docentes.

5 – Incentivo para professores aposentados retornarem à atividade docente

Criação de incentivos fiscais ou financeiros para que os professores aposentados possam voltar a dar aulas nas disciplinas específicas em que haja carência de docentes.

6 – Contratação de professores estrangeiros em disciplinas determinadas

Aproveitando a experiência bem sucedida de alguns estados – como o Acre – na contratação de profissionais estrangeiros da área de saúde para atendimento direto à população, essa alternativa poderia ser pensada, também, para o campo da educação, em caso de necessidade extrema. Contudo, só poderia ser considerada após o diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), desde que verificada a viabilidade legal e política da proposta.

7 – Uso complementar das telessalas

Considerando que, no atual momento, existem escolas que possuem professores nas várias disciplinas do Ensino Médio, mas graves carências nas áreas de Física, Química, Biologia e Matemática, e que isto é particularmente comum nas escolas dos municípios pobres e mais distantes das regiões metropolitanas, uma saída interessante seria a implantação do **ensino combinado**, isto é, articulando o ensino presencial com uso das telessalas. As disciplinas seriam ofertadas como complementação à atividade da escola em telessalas, com a presença de mediadores de ensino devidamente capacitados para desenvolverem o processo de construção do conhecimento, utilizando-se recursos de multimídia (TV, vídeo e internet), com apoio de material didático confeccionado para este fim.

Bibliografia Consultada

[1] Panorama da Educação – Indicadores OCDE 2005, Editora Moderna, São Paulo, 2005.

[2] Sinopse do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica – 2003, INEP/MEC, Brasília (DF), 2006.

[3] Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas, Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, SESu/MEC, FORGRAD, ANDIFES e ABRUEM, Brasília (DF), 1997.

[4] Ângela Barreto, Jorge A. de Castro, Martha Cassiolato e Paulo Corbucci, Subsídios para Melhorar a Educação no Brasil, IPEA, páginas 53-72, 2006.

[5] Plano Emergencial para Enfrentar a Carência de Professores no Ensino Médio: Chamada Nacional, Comissão CAPEMP da Secretaria de Educação Básica

do MEC, Brasília (DF), 2004.

[6] Relatório sobre Professores Atuando em Disciplinas Específicas e a Adequação de sua Formação Inicial para o Exercício do Magistério, INEP/MEC, Brasília (DF) 2006.

[7] Mozart N. Ramos, Educação Sustentável, 2ª edição, Editora Altana, São Paulo (SP), 2006.

ANEXO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica	UF: DF
ASSUNTO: Elaboração de mecanismos para o enfrentamento do déficit de docentes no Ensino Médio	
CONSELHEIRO: Mozart Neves Ramos	
PROCESSO N.:	

INDICAÇÃO CNE/CEB N. 1/2006

Considerando-se que o atual quadro do Ensino Médio já revela um grande déficit de professores, particularmente nas disciplinas de Química, Física, Matemática e Biologia, e que este déficit tenderá a se ampliar com a implantação do FUNDEB, acompanhando a necessidade de universalização das matrículas nesta etapa do ensino, e que isto tem impacto direto na qualidade do ensino, proponho:

1. constituição imediata de uma comissão de conselheiros da Câmara de Educação Básica, contando com a participação da Câmara de Educação Superior, para estudar medidas que visem superar este déficit docente no Ensino Médio;
2. inclusão da matéria na pauta de discussões da CEB, na reunião de setembro de 2006, convidando para o debate a Secretaria de Educação Básica do MEC;
3. realização, no mês de outubro de 2006, de reunião de trabalho na Câmara de Educação Básica com a participação do FORGRAD, do CONSED, da ANDI-FES, do FORUMDIR e da ANFOPE.

Brasília, 8 de agosto de 2006.
Conselheiro Mozart Neves Ramos

